

Mulheres na Agricultura Familiar: uma análise no município de Bambuí/MG

Women in Family Agriculture: A Study in Bambuí/MG

Bruna Jheynice Silva Rodrigues¹
Daiane Vitória da Silva²
Lucas Pimenta Silva Paiva³
Rosemary Pereira Costa e Barbosa⁴
Patrícia Carvalho Campos⁵

¹Graduanda do curso de Administração pelo IFMG – Campus Bambuí. Telefone: (37) 9 9924-2599. e-mail: bruna.jsr@hotmail.com;

²Graduanda do curso de Engenharia de Produção pelo IFMG – *Campus* Bambuí. Telefone: (37) 9907-4468. e-mail: daianevitoriasilva@yahoo.com.br;

³Graduando do curso de Engenharia de Produção pelo IFMG – *Campus* Bambuí. Telefone: (35) 9 9852-8110. e-mail: lucas.paiva.aguanil@gmail.com;

⁴Doutora em Ciências e docente do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Minas Gerais - *Campus* Bambuí. Telefone: (37) 3431-4960.
e-mail: rose.costa@ifmg.edu.br;

⁵Mestre em Administração e docente do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Minas Gerais - *Campus* Bambuí. Telefone: (37) 3431-4960.
e-mail: patricia.campos@ifmg.edu.br

Resumo:

Por observar que a participação das mulheres nas atividades do campo muitas vezes não é reconhecida, esta pesquisa objetivou investigar o papel das mulheres nas unidades de produção da agricultura familiar pertencentes às Associações de Agricultores Familiares cadastradas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Prefeitura Municipal de Bambuí - MG. A metodologia pautou-se por um estudo qualitativo, utilizando-se como estratégia a pesquisa bibliográfica, documental e o estudo de caso, e como instrumento de pesquisa, o questionário. Pôde-se perceber que apesar das mulheres participarem efetivamente das atividades do campo, a divisão sexual do trabalho ainda persiste, contudo, é possível verificar alguns movimentos de resistência que surgem como uma sutil iniciativa de mudança do papel da mulher na agricultura familiar.

Palavras chaves: Agricultura familiar, mulheres, relações de gênero.

Abstract:

Observing that women's participation in field activities is frequently not recognized, this work aims to investigate the role of women in family farm production units associated to the Association of Family Farmers registered in the Food Acquisition Program (PAA in Portuguese) of the municipality of Bambuí-MG. The methodology is based in a qualitative study, taking as strategy bibliographical and documental research, case study and as research tool, the questionnaire. It was possible to notice that, even though women effectively take part in field activities, the sex-based separation is still present. Nonetheless, some resistance movements that can be noticed appear as a subtle initiative in changing the woman's role in family farms.

Keywords: Family Farms, women, gender relation.

1 INTRODUÇÃO

Agricultura familiar é um conceito utilizado para caracterizar as unidades de produção rural, que se identificam pela relação entre terra, trabalho e família, sendo que, são produzidos tanto bens para o consumo quanto para o comércio (MESQUITA & MENDES, 2012).

No Brasil, a agricultura familiar torna-se indispensável para a sua estabilidade econômica e o desenvolvimento sustentável, correspondendo a 4,3 milhões de unidades produtivas e 14 milhões de pessoas ocupadas no campo (EMBRAPA, 2014).

Em Bambuí, cidade do Centro-Oeste de Minas Gerais, a economia é baseada, sobretudo, na agricultura, sendo que 80% dos produtores rurais do município classificam-se como “agricultores familiares” e possuem pequenas propriedades (BARBOSA *et. al.*, 2011). Esses agricultores contribuem para a segurança alimentar e nutricional do município, vendendo os excedentes à população e fornecendo os seus produtos para Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que é um programa do Governo Federal, que objetiva fortalecer a agricultura familiar.

Para que esses alimentos sejam produzidos e comercializados, é necessária a participação da família, homens e mulheres, executando tarefas dentro e fora do campo. Dessa forma, a mão de obra feminina contribui, significativamente, para a sobrevivência do grupo familiar, porém pouco se fala da sua participação e contribuição. Essa invisibilidade do potencial feminino na agricultura familiar deve-se, em grande parte, às representações e relações de gênero.

As relações de gênero são relações de poder, onde se observa que o homem, historicamente, vem sendo mais valorizado e respeitado que as mulheres e, dessa maneira, cria-se uma distribuição injusta de poder entre ambos (CAMURÇA & GOUVEIA, 2004). Esses papéis, que são definidos na construção sociológica estão relacionados, também, ao patriarcado, onde se percebe as desigualdades que limitam a mulher na sociedade (SILVA, 2007).

Diante dessa realidade, torna-se relevante analisar a participação da mulher na agricultura familiar no município de Bambuí/MG. Optou-se como cenário de pesquisa três associações de agricultores familiares, a saber: Açudinhos, Ponte Alta e Sapé. Assim, configurou-se como objetivo deste trabalho apreender o papel das mulheres nas unidades de produção da agricultura familiar pertencentes às Associações de Agricultores Familiares cadastradas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Prefeitura Municipal de Bambuí/MG, analisar a percepção das mulheres em relação ao seu trabalho na propriedade rural e compreender como se configuram as relações de gênero nas unidades de produção da agricultura familiar.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura familiar

A agricultura familiar corresponde à agregação de um amplo e diferenciado conjunto de produtores, cuja atividade produtiva e gestão do estabelecimento tomam por base a vinculação dos membros da família (MESQUITA & MENDES, 2012).

De acordo com dados do IBGE (2009) dos estabelecimentos onde se pratica a agricultura familiar os homens são responsáveis por 87,32% do total. As mulheres, no entanto são responsáveis por 12,68% (IBGE, 2009). Apesar das mulheres representarem a minoria no que se referem à responsabilidade pelos estabelecimentos, elas também participam dos serviços não agrícolas, atividades essas chamadas de pluriatividade. Portanto, nas unidades produtivas familiares que praticam a pluriatividade as mulheres atuam como atores centrais, combinando atividades tanto agrícolas como não agrícolas (RÖHNELT, 2010). Silva (2009) aponta tais atividades não agrícolas como, por exemplo, o artesanato e o turismo os quais são responsáveis pela atribuição de novas funções ao meio rural.

Esta associação advém da necessidade de diversificação das fontes de renda familiar (RÖHNELT, 2010) e contribui para o desenvolvimento financeiro das famílias e da atividade agrícola, já que proporciona um incremento na renda (SILVA, 2009).

2.2 As relações de gênero e o trabalho

O termo gênero não está voltado para as diferenças físicas e biológicas, mas sim, para as distinções estipuladas socialmente (SANTOS & GHEDINI & RIBEIRO & FEDATO & ABRÃO, 2010). Dessa forma, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.71). Portanto, pode-se afirmar que as relações de gênero são relações de poder, sendo que, na maioria das vezes, o homem é mais valorizado, e ainda contém mais autoridade que as mulheres (CAMURÇA & GOUVEIA, 2004).

Nesta dominação da mulher pelo homem, está imbutido o conceito de patriarcado, o qual é uma expressão antiga, que representa essa distinção entre homens e mulheres. Este conceito é uma elaboração feita socialmente em que os homens têm o controle de tudo, ocupando uma posição central (HIRATA & LABORIE & DOARÉ & SENOTIER, 2009).

A matriz teórica do patriarcado coloca o domínio da economia e da família feita somente por uma pessoa, no caso o homem, levando-o cada vez mais a ter o poder sobre as mulheres. (WEBER, 1977 *apud* AMORIM, 2010). Por outro lado, as mulheres tendem a obedecer a seus

maridos, reproduzindo a cultura construída por seu grupo social e que é transmitida ao longo de gerações, definindo o que cada sexo deve e pode fazer, descrevendo, assim, seus papéis e atividades.

Intrínseco ao conceito de patriarcado surge também a divisão e a diferenciação do trabalho entre produtivo e reprodutivo. Essa preocupação na diferenciação do trabalho aconteceu na década de 70, principalmente entre os marxistas. O trabalho produtivo é tudo que possa resultar na produção de bens/serviços, contendo valor econômico no mercado e o trabalho reprodutivo engloba toda e qualquer atividade de apoio como, por exemplo, cuidar das crianças (BONI, 2005, p. 15).

Nesse contexto, as mulheres ficam responsáveis pelo trabalho reprodutivo e os homens pelo trabalho produtivo, já que é o trabalho que gera renda. Na sociedade patriarcal, mesmo quando as mulheres dedicam-se às atividades auxiliares da produção seu trabalho acaba sendo compreendido como uma ajuda (SILVA, 2007).

2.3 Programa de Aquisição de Alimentos

O programa de aquisição de alimentos (PAA) faz parte de uma das políticas que constitui o programa do governo fome zero. O seu intuito é fornecer alimentos para as instituições sociais (creches, escolas, hospitais) e também para as pessoas de vulnerabilidade econômica, que se encontra alto risco nutricional (SILIPRANDI & CINTRÃO, 2011).

O funcionamento do programa abrange homens e mulheres agricultores, tendo como base obter alimentos por meio de uma compra sem licitação, que é feita mediante a prefeitura municipal, visando sempre os preços de referência e não superando os preços já tabelados nos mercados da região (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE FOME, 2010).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

No presente estudo, com o intuito de alcançar os objetivos propostos nesse trabalho, optou-se por utilizar a pesquisa qualitativa de cunho descritivo. Dessa forma, a abordagem qualitativa proporcionou um estudo mais aprofundado da percepção das mulheres sobre seu papel nas atividades da agricultura familiar e as relações de gênero existentes dentro das associações analisadas.

A pesquisa caracteriza-se também como descritiva que teve uma avaliação das agricultoras familiares dentro e fora de seu ambiente familiar, o que proporcionou o entendimento sobre o assunto (as relações de gênero) e abrindo perspectivas para outras pesquisas.

Neste trabalho, as estratégias de pesquisas utilizadas foram: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

A principal fonte bibliográfica desta pesquisa foi constituída de artigos científicos que foram publicados em periódicos, no período de 2004 a 2014, exceto artigos de pesquisadores com grande relevo acerca do tema abordado, os quais foram utilizados sem preocupação com o período em que foram publicados.

Já a análise documental foi constituída de documentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo analisados as planilhas de localização das associações e famílias e os cadastros dos agricultores na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Foi utilizado, neste estudo, o questionário visando construir o perfil das mulheres agricultoras e apreender seu papel na unidade de produção da agricultura familiar.

O questionário foi elaborado com 50 (cinquenta) perguntas, sendo essas fechadas e abertas, o que facilitou o detalhamento e a apreensão da percepção das mulheres quanto ao tema. As perguntas foram divididas em categorias conforme os objetivos da pesquisa.

Os sujeitos de pesquisa foram as mulheres dessas associações, sendo elas titulares ou não. Contabilizaram-se 78 mulheres, sendo 53 respondentes nesse estudo, sendo distribuídos da seguinte forma: 30 (trinta) na Associação de Açudinhos; 9 (nove) na Associação Ponte Alta; e 14 (quatorze) na Associação Sapé. Dessa forma, o estudo aponta a realidade de 67,9% de mulheres dessas associações.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Identificação do perfil das mulheres

O perfil das mulheres rurais das associações pesquisadas se caracteriza por apresentar mulheres casadas, com faixa etária acima dos 46 anos de idade, de raça branca, praticantes da religião católica. Somente nas associações Açudinhos e Sapé, a religião evangélica tem sua representatividade com 10% e 7%, respectivamente; em sua maioria, as mulheres são naturais de Bambuí/MG.

Em relação à escolaridade, 43% das mulheres possuem somente o Ensino Fundamental incompleto, prevalecendo um nível de escolaridade baixo se comparado com a média nacional do IBGE (2010), de 49,3%. Essa realidade se mostra um pouco diferente na Associação Açudinhos, quando dados demonstram que 10% das mulheres tem Ensino Superior completo, caracterizando as mulheres que têm uma profissão fora do campo.

Pode ser percebido na Tabela 1 que a maioria das mulheres da pesquisa sempre residiu na propriedade rural. Na Associação Ponte Alta, todas relatam não ter vontade de deixar o campo

para morar na cidade, na Associação Sapé, 71% das entrevistadas, e na Associação Açudinhos (70%) também não têm vontade de deixar o campo. Percebe-se que, nesses casos, as mulheres já se acostumaram e gostam de morar no campo, pois quando questionado o porquê de não terem vontade de deixar o campo e ir morar na cidade relataram gostar da vida que levam na propriedade rural.

Outro fator para permanência dessas mulheres no campo pode estar relacionado ao baixo nível de escolaridade destas, o que não propicia às mesmas, oportunidade de competirem no mercado de trabalho. Pode-se observar, nessas associações, as implicações da sociedade patriarcal, pois, a baixa escolaridade dessas mulheres pode ser decorrente do pouco valor que é dado pelas famílias à importância do estudo para as mulheres uma vez que a essas se destina o trabalho reprodutivo.

Tabela 1 – Vida no campo

SEMPRE RESIDIRAM NA PROPRIEDADE RURAL?			
	Sapé	Ponte alta	Açudinhos
Sim	64%	56%	87%
Não	36%	22%	13%
Em branco	-	22%	-
VOCÊ TEM VONTADE DE MORAR NA CIDADE?			
	Sapé	Ponte alta	Açudinhos
Sim	29%	-	30%
Não	71%	100%	70%

Fonte: Pesquisa autores (2015).

4.2 Trabalho e renda na propriedade rural

Segundo os dados referentes ao trabalho na propriedade rural, é possível perceber que a maioria das famílias das mulheres entrevistadas possuem renda abaixo de 4 (quatro) salários mínimos (TABELA 2). Porém, 14% das famílias do Sapé, 11% da Ponte Alta e 6% do Açudinhos possuem renda maior que 4 (quatro) salários mínimos.

Tabela 2 – Renda familiar

RENDA FAMILIAR			
	Sapé	Ponte alta	Açudinhos
Até 1 salário	36%	22%	23%
De 2 a 4 salários	50%	67%	57%
De 5 a 7 salários	7%	11%	3%
Mais que 7 salários	7%	-	3%
Em branco	-	-	14%

Fonte: Pesquisa autores (2015).

Percebe-se, portanto, que o número de famílias com renda mais baixa é muito discrepante em relação às famílias com uma renda maior, e isso se repete em todas as associações, em uma proporção semelhante. Observa-se que a renda é proporcional aos tamanhos dos lotes, uma vez que quanto maior a área para o cultivo, mais produtos podem ser cultivados, aumentando assim, a renda familiar.

Em relação à renda familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos auxilia os pequenos agricultores definindo o valor de compra para cada agricultor no valor de R\$ 3.500 (três mil e quinhentos) ao ano. Embora este valor estimado para a compra dos produtos não represente uma contribuição mensal substancial, ele auxilia no sustento familiar, uma vez que o agricultor pode ter certeza de sua permanência, mediante a entrega dos produtos. Contudo, se eles agregassem valor ao produto, esses poderiam aumentar sua renda.

Os produtos produzidos, além de serem destinados ao PAA, metade das agricultoras do Sapé, 78% da Ponte Alta e 16% do Açudinhos, utilizam outros meios de comercialização, como: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Associação Bambuiense de Artesanato (ABA), a EMBARÉ, a Jussara e a Itambé.

Mesmo com a comercialização dos produtos para empresas e programas governamentais, algumas mulheres ainda realizam a venda dos produtos na cidade. Esta é uma maneira de adquirir renda extra e, segundo Röhnelt *et. al.* (2010), é um exemplo de pluriatividade. São vendidos, pelas agricultoras, peixe, frango, leite e ovos, em supermercados da cidade e para pessoas, em suas residências. A renda extra que estas mulheres adquirem, com esta comercialização, é destinada por 57% das famílias, para a casa; 24% a destinam para a agricultura e 19% para ambos (casa e agricultura). Este tipo de atividade, exercida pelas mulheres, pode ser visto como uma forma de resistência à submissão aos homens e distanciando do lugar social estabelecido para as mulheres. Pode-se observar uma busca de alternativas de trabalho e a procura de reconhecimento e espaço.

Tratando-se das atividades exercidas na propriedade rural, as mulheres realizam com mais frequência: as atividades domésticas, seguido do trabalho com a horta e, por fim, com menor frequência, o cuidado com os animais. A prática das atividades domésticas predomina como a atividade mais exercida, nas três associações e ainda é identificada como a atividade mais prazerosa por 74% das mulheres, sendo que 19% preferem o campo e 7% deixaram em branco. Esses dados evidenciam que as mulheres exercem, na maioria das vezes, o papel reprodutor, cuidando dos afazeres domésticos e dos filhos.

Esta realidade aponta os dois princípios constitutivos da divisão sexual do trabalho: o princípio da separação e o princípio da hierarquização. O primeiro deixa bem claro que,

socialmente, existem trabalhos que são destinados aos homens e outros às mulheres; o segundo princípio diz da valoração social desses trabalhos, sendo que os trabalhos dos homens são mais valorizados que os trabalhos das mulheres. Percebe-se que existe uma naturalização desses princípios, o que provoca a equivalência entre as representações de gênero e sexo biológico. Dessa forma, o trabalho reprodutivo fica destinado à mulher e o trabalho produtivo ao homem.

Porém, pode-se observar no relato das agricultoras que o papel socialmente construído para mesmas (o trabalho doméstico que deveria ser desenvolvido por elas como uma atividade prazerosa) encontra-se mesclado com outras atividades como, por exemplo, a comercialização do excedente dos produtos na cidade por iniciativa própria. Essas atividades exercidas além do trabalho doméstico podem denotar que essas mulheres também desenvolvem formas de resistência e buscam mudar o lugar socialmente destinado à elas.

Esse movimento surge no relato das agricultoras quando as mesmas apontam que realizam, mesmo que seja com uma frequência menor, outras atividades, como o cuidado com os animais, administração da propriedade, ordenha, trabalho com a horta, plantio/colheita e as atividades artesanais. Percebe-se, nesse relato, que as mulheres agricultoras demonstram capacidade para realizar tanto tarefas ligadas à casa e aos filhos como tarefas ligadas à propriedade.

É possível observar na Tabela 3 o tempo dedicado ao trabalho no campo pelas agricultoras. Devido ao *mix* de atividades que estas mulheres realizam, percebe-se, em todas as associações, que o tempo que elas dedicam ao trabalho é elevado. Na Associação Açudinhos, 47% das mulheres dedicam até 8 horas por dia em suas atividades, 30% de 8 a 12 horas e 23% mais de 12 horas. No Sapé, 36% dedicam mais de 8 horas, 21% dedicam de 8 a 12 horas e 43% mais de 12 horas. Na Ponte Alta, 22% dedicam de 12 a 8 horas e 78% mais de 12 horas.

Tabela 3 – Tempo de trabalho diário

HORAS TRABALHADAS POR DIA			
	Sapé	Ponte alta	Açudinhos
Até 8 horas	36%	0%	47%
De 8 a 12 horas	21%	22%	30%
Acima de 12 horas	43%	78%	23%

Fonte: Autores.

A Associação da Ponte Alta apresenta o maior índice de mulheres que se dedicam por mais de 12 horas por dia ao trabalho na propriedade rural embora todas as outras associações apresentem carga horária de trabalho extensa.

Foi possível verificar que, embora o tempo dedicado pelas mulheres ao trabalho seja elevado, algumas recebem o auxílio dos maridos nas atividades domésticas, sendo que 51% dos maridos auxiliam suas esposas nos afazeres domésticos, 30% não auxiliam, 13% auxiliam às vezes e 6% não responderam. Estes dados se dividem por Associações, onde o Açudinhos e o Sapé são as associações em que os maridos mais participam das atividades domésticas, ao contrário da Ponte Alta, onde apenas 22% dos maridos auxiliam suas esposas nos afazeres dentro de casa.

É possível perceber que, além das mulheres ganharem espaço nas atividades no campo, existe a participação do marido nas tarefas domésticas evidenciando que, apesar da ajuda masculina ainda não ser tão significativa nas associações, ela já existe. Isso demonstra uma evolução e nos papéis dos homens e das mulheres no campo, uma vez que antigamente esta divisão era extremamente rígida e hoje, apesar de existir uma divisão de trabalho (produtivo/reprodutivo), os papéis, em alguns momentos, se misturam.

Em relação ao sustento da família, o marido é visto como o maior responsável com 51%, seguido de ambos (marido e esposa) com 28%, as próprias mulheres com 17% e, por fim, os filhos com 4%. Nas Associações do Sapé e do Açudinhos, respectivamente, 62% e 63%, os maridos são responsáveis pelo sustento da família sozinhos. Já na Ponte Alta, o principal responsável pelo sustento se divide entre a mulher (45%) e ambos (44%) (marido e esposa). Isso demonstra que, diferente do que acontece nas associações Sapé e Açudinhos, na Ponte Alta, a mulher conquistou mais autonomia no ambiente familiar, por configurar-se como arrimo, para 89% de famílias daquela comunidade.

Isso mostra uma evolução no papel da mulher dentro da agricultura familiar uma vez que esta começa a se tornar parte fundamental para o sustento da família. A mudança de papel da mulher na sociedade, não se restringe somente ao meio urbano, se tornando uma revolução que também atinge o campo e, mesmo que em algumas Associações seja de forma discreta, ela está presente em todas.

Embora a maior parte dos homens seja vista como principal responsável pelo sustento da família, a administração da renda familiar é dividida entre a esposa e o marido, uma vez que a maioria 64% das mulheres afirma que esta renda é administrada por ambos, 20% são os maridos, 4% são os filhos, 4% cada um administra a sua própria renda e 4% não responderam.

A renda advinda da comercialização dos produtos da propriedade é administrada, segundo 57 % das mulheres, por elas e pelo marido conjuntamente, 26% admitem ser a mesma administrada pelos maridos, 15% são as próprias mulheres que a administram e 2% deixaram em branco. Portanto, percebe-se uma ampliação do papel da mulher, dentro do ambiente familiar,

quando a maioria destas tem a sua opinião valorizada, no que se refere à decisão de como a renda familiar deve ser gasta. Outro fato que deve ser considerado é que 15% das mulheres decidem sozinha como esta renda deve ser gasta, o que mostra que, embora seja uma pequena porcentagem, já é representativo o poder de decisão das mulheres em assuntos que antes eram destinados apenas aos homens.

Quando se trata das compras da casa, as mulheres se mostram as principais responsáveis por realizarem esta atividade (TABELA 4). Observa-se que 45% das mulheres realizam as compras sozinhas, 34% são os filhos que realizam as compras, 15% são os maridos, 4% são ambos - marido e esposa e 2% deixaram em branco. Nas três Associações, é possível perceber que as mulheres são sempre mais aptas a desenvolverem esta tarefa. Em se tratando do que deve ser comprado para a casa, 49% das mulheres tomam esta decisão, 41% são ambos - marido e esposa, 8% são os maridos e 2% são os filhos. Como pode ser observado na Tabela 6, estes dados são semelhantes nas Associações Sapé e Açudinhos, onde os maridos também têm este poder de decisão; já na Ponte Alta, apenas as mulheres e os filhos são responsáveis por decidirem o que deve ser comprado para a casa.

Tabela 4 – Compras da casa

QUEM REALIZA AS COMPRAS DA CASA?				QUEM DECIDE O QUE DEVE SER COMPRADO?			
	Sapé	Ponte alta	Açudinhos		Sapé	Ponte alta	Açudinhos
Esposa	64%	56%	34%	Esposa	36%	89%	34%
Esposo	7%	-	23%	Marido	7%	-	23%
Ambos	29%	33%	37%	Ambos	57%	-	37%
Filhos	-	11%	6%	Filhos	0%	11%	6%

Fonte: Autores.

4.3 Percepção das mulheres

De acordo com a percepção das mulheres, pode-se notar que, ao serem questionadas, 90% das mulheres da associação de Açudinhos, 78% da associação de Ponte Alta e 86% na associação do Sapé afirmam que consideram que o seu marido possui mais conhecimento e habilidades na terra do que ela. Apesar de reconhecerem que o marido tem mais habilidades com a terra, 53% do total das mulheres das três associações afirmaram ser capazes de administrar a propriedade rural sozinha. Estes resultados demonstram o quanto a mulher subestima os seus conhecimentos e suas habilidades, pois, além de exercerem atividades dentro e fora do campo, estas têm a percepção de que o homem (marido) tem mais habilidades do que ela.

Portanto, nota-se o fato de que as construções de gênero são tão profundas na sociedade e tão internalizadas pelos sujeitos, que os mesmos as consideram naturais, e isto faz com que as

próprias mulheres as reproduzam, em alguns momentos. Assim, as mulheres consideram que seus maridos têm mais conhecimento sobre a terra, reforçando a ideia de que o homem tem mais conhecimento e habilidades sobre os afazeres do campo.

Apesar de subestimarem as suas habilidades no campo, as mulheres da associação de Açudinhos (57%), Sapé (50%) e da Ponte Alta (44%) afirmaram ser capazes de administrar a propriedade rural sozinha. Esta percepção se torna um dado bastante importante, pois a valorização do trabalho feminino começa quando as próprias têm ideia de como seu trabalho é importante e que conseguem se destacar no que fazem.

Amorim (2010) ressalta que uma explicação para que as mulheres não reconheçam o seu próprio trabalho se dá pelo fato delas terem em mente que devem ser submissas ao homem para seguir a tradição que é passada pelas famílias antigas, as crenças, e a distinção dos papéis que são relacionados a cada sexo, porém, nota-se que, para as mulheres pesquisadas nessas associações, houve mudanças em alguns aspectos.

Tabela 5 – Percepção das mulheres sobre a capacidade de trabalhar no campo

SEU MARIDO POSSUI MAIS CONHECIMENTO QUE VOCÊ PARA REALIZAR SERVIÇO NO CAMPO?				VOCÊ SE CONSIDERA CAPAZ DE ADMINISTRAR A PROPRIEDADE SOZINHA			
	Sapé	Ponte alta	Açudinhos		Sapé	Ponte alta	Açudinhos
Sim	86%	78%	90%	Sim	50%	44%	57%
Não	14%	22%	10%	Não	50%	56%	43%

Fonte: Autores.

De acordo com a autonomia para a tomada de decisão, 85% das mulheres questionadas afirmam que têm autonomia para tomar decisões nas atividades domésticas, sendo que a maior porcentagem de mulheres é da associação da Ponte Alta (89%). Analisa-se, assim, que apesar destas mulheres trabalharem nas atividades rurais, as mesmas possuem mais autonomia nas decisões ligadas às atividades domésticas, configurando uma clara divisão do trabalho entre homens e mulheres; entre produtivo e reprodutivo, respectivamente.

O trabalho das mulheres é considerado como atividade de apoio, por não trazer renda à família, o que reflete diretamente nas questões de tomada de decisão, sendo reconhecidas por tomarem decisões somente pelo seu conhecimento e trabalho em prol casa, marido e filhos. Nessa perspectiva, o trabalho produtivo seria considerado um aspecto secundário, eventual e instável na vida das mulheres, e só seria reconhecido em duas situações específicas: quando o homem, por algum motivo, não conseguisse cumprir seu papel ou quando fosse uma figura ausente no ambiente familiar.

Além de ter autonomia para tomar decisões relacionadas às atividades domésticas, quando se trata da renda extra, a realidade não é diferente. Isso pode ser observado quando verificado que 62% do total das entrevistadas afirmam que a decisão sobre como gastar a renda extra pertence a elas. Pode-se analisar que o trabalho feminino não é visto como trabalho produtivo, por isso a renda extra é considerada como fruto do trabalho doméstico, a saber, reprodutivo.

Todas as mulheres analisadas nas três associações afirmam que consideram importantes a sua participação nas atividades de produção da propriedade, já que contribuem nas atividades do campo. Ao questionar sobre a visão do seu esposo em relação à sua participação na execução das tarefas no campo, 96% relataram que eles acham importante a sua participação. Pode-se notar que os maridos dão mais atenção às atividades realizadas por estas mulheres e que percebem o quanto elas os ajudam e ainda cuidam dos afazeres de casa.

De uma forma geral, percebeu-se que, em relação ao trabalho executado na propriedade pelas mulheres das associações, pode-se verificar que estas trabalham principalmente com o plantio/colheita, ordenha, trabalho com a horta, cuidado com os animais e até mesmo administram a propriedade rural, porém, estas mulheres têm mais prazer em realizar as atividades do lar e em prol os filhos. Segundo as análises, pode-se, assim, concluir que estas mulheres têm a percepção de que os maridos possuem mais habilidades de manuseios com a terra e são os responsáveis pelas decisões e o principal responsável pelo sustento da família, verificando que há existência do conceito de patriarcado nas associações estudadas e que as relações de gênero estão presentes.

Porém, apesar de reconhecerem os homens nesse lugar central, em outros momentos as mulheres parecem resistir a perpetuar a história de submissão feminina, pois, demonstram claramente que possuem capacidade para gerir a propriedade rural e incrementar na renda familiar através da pluriatividade (artesanato, venda de produtos nacidade).

Observa-se também que elas opinam sobre as formas de utilização da renda familiar. Percebe-se então, que essas mulheres convivem, nesse momento, com avanços e retrocessos, a saber, movimentos que perpetuam a submissão ao homem convivem com nuances resistências a esse lugar social estabelecido.

4.4 Programas da agricultura familiar

Em relação aos programas destinados à agricultura familiar, todas as famílias são cadastradas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Dentre os produtos comercializados

para este programa, 77% fornecem carne bovina. Além da carne bovina, as associações também fornecem carne suína, ovos, doce e leite.

Segundo 81% das entrevistadas a participação no programa proporcionou aumento na renda familiar. Pode-se notar que a entrada ao programa também proporcionou fortalecimento da agricultura familiar, ou seja, o objetivo do PAA está sendo cumprido.

Em relação ao posicionamento das mulheres frente às reuniões e questões debatidas pelos agricultores em relação ao programa, 75% das mulheres relatou participar das reuniões, o que significa que as mulheres estão envolvidas nos assuntos relacionados ao campo, e não somente nas atividades do lar. Entretanto, quando se trata da responsabilidade referente à entrega dos produtos, 75%, do total são os homens/maridos que realizam esta atividade.

Percebe-se, portanto, que as atividades que exigem maior responsabilidade e que geram valor econômico, como o contado direto com a prefeitura de Bambuí/MG, é realizado pelos homens (maridos), e as mulheres, mesmo estando ativamente envolvidas nos assuntos e nas reuniões referentes à agricultura familiar, nenhuma delas exerce o cargo de Presidente das Associações, sendo este ocupado, atualmente, exclusivamente, por homens (maridos).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se, perceber que, durante a pesquisa as mulheres têm papel ativo no processo de produção. As atividades desempenhadas por elas com mais frequência nas propriedades rurais são as atividades domésticas, seguidas do trabalho com a horta e do cuidado com os animais. Notou-se que essas atividades geram uma extensa carga de trabalho diário para as mesmas, pois além de se dedicarem às atividades domésticas, realizam atividades voltadas ao campo.

Além das mulheres executarem os trabalhos já descritos, percebeu-se que a pluriatividade está presente na vida de algumas delas, fazendo-as conciliar o trabalho no campo com outras atividades, a fim de conseguirem uma renda extra.

As mulheres pesquisadas avaliam como relevante a sua participação nas atividades de produção da propriedade, já que contribuem e participam efetivamente das atividades do campo e acreditam que essa participação é de extrema importância para a prosperidade das suas famílias. Porém, as mesmas têm a percepção de que os homens- maridos possuem mais habilidades de manuseio com a terra e afirmaram serem os homens-maridos os responsáveis pelas decisões relacionadas ao campo.

Na análise das três Associações pôde-se perceber que houve uma evolução em relação ao reconhecimento e valorização das mulheres por parte dos homens. Isso pode ser confirmado

quando a maioria das mulheres afirma que os maridos-homens reconhecem o seu desempenho na execução das atividades no campo do lar.

Porém, em questões relacionadas à renda familiar e ao poder de decisão no campo, as representações sociais de gênero e o modelo de relações entre homens e mulheres estabelecidas pelo patriarcado ainda perpassam as relações no campo, pois se evidenciou uma divisão do trabalho entre os homens e as mulheres e, determinando mais poder aos homens em assuntos que poderiam ser assumidos por ambos, uma vez que as mulheres afirmaram durante a pesquisa que poderiam administrar a propriedade rural, e nenhuma delas exercem tal cargo, ou assume a presidência de alguma associação.

Uma forma evidente desse modelo de representação das relações de gênero e patriarcado presentes nas associações estudadas é o fato dos presidentes das associações serem exclusivamente homens.

Conclui-se que as mulheres, embora desenvolvam atividades caracterizadas produtivas, como as atividades no campo, continuam reproduzindo as representações de gênero que determinam a elas apenas o trabalho reprodutivo, prevalecendo às atividades domésticas e o cuidado com os filhos. Apesar das mulheres terem uma jornada de trabalho extensa no campo, mais de oito horas por dia, elas mesmas veem seu trabalho apenas como auxílio, não se dando conta da condição de invisibilidade que essa percepção perpetua, uma vez que essa condição feminina aparece como naturalizada na cultura das famílias do campo. Contudo, mesmo com a desigual relação de poder nas propriedades rurais grande presença das relações de gênero que ofuscam o papel da mulher no trabalho no campo é possível verificar movimentos de resistência a esse papel submisso. O trabalho da mulher, embora aparente ser invisível, nesse momento, surge como uma possibilidade de mudança, que pode provocar sutis movimentos sociais, no sentido de mudar o lugar social da mulher no campo. Observa-se então, que essas mulheres apesar de em alguns momentos reafirmarem a submissão também fazem resistência à mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Érica Oliveira de et al . **Sindicalizadas rurais: Uma nova face do empoderamento da mulher no meio rural**. VII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL. Porto de Galinhas, 2010.

BARBOSA, Ronaldo dos Reis; LUDWIG, Márcia Pinheiro; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; SOUSA, Júnia Marise Matos de. **Agroindústria Canavieira e Desenvolvimento local na percepção de diferentes segmentos sociais, Bambuí, MG**. Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica, Viçosa, v. 22, n.1, p. 230-256, 2011.

BONI, Valdete. **Gênero: o doméstico e o produtivo na agroindústria familiar.** Mestre em Sociologia Política – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC, 2005.

BRASIL. **Ministério do desenvolvimento social e combate a fome.** Programa de Aquisição de Alimentos, 2010.

<<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 19/06/2014.

CAMURÇA, S; GOUVEIA, T. **O que é gênero?** 4ª edição. Recife: SOS Corpo, 2004.

EMBRAPA. **EMBRAPA no ano internacional da agricultura familiar.** 2014.

<<https://www.embrapa.br/embrapa-no-ano-internacional-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 29/07/2014.

HIRATA, Helena et.al. **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo:Unesp.2009.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO).**

Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão - UFG, 2012.

RÖHNELT, Priscila Barcelos Cardoso. **O papel da mulher nas transformações da agricultura familiar: a pluriatividade como estratégia de reprodução social.** Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2010.

SANTOS, Roseli A.d.,et al. **A história da organização política das mulheres agricultoras no sudoeste do Paraná.** *Varia Scientia*, Cascavel- PR, v.09, n. 15, p.127-129, Jan/Jul.2010.

SCOTT, Joan Wallach. “**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”.*Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul/dez. 1995, pp. 71-99.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 2011.

SILVA, C. M. V. **Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica (Paracatu – MG).**

Brasília:Dissertação de Mestrado.2007, 106 p.

SILVA, Carolina Braz de Castilho. **A pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.